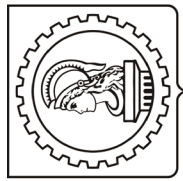




CREA-SP

TREINAMENTO

ART e Acervo Técnico



CREA-SP

TREINAMENTO

ART e Acervo Técnico

Desenvolvido pelo Departamento de Registro – DRE/SUPFIS
Produzido pelo Departamento de Comunicação – DCO/SUPCEV
www.creasp.org.br

SUMÁRIO

Anotação de Responsabilidade Técnica	5
1. Da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART	5
2. Dos tipos de ART	5
3. Do registro da ART	17
4. Do registro da ART preenchida manualmente	21
5. Da guarda da via assinada da ART	23
6. Da ART de substituição	23
7. Da ART complementar	25
8. Da vinculação entre ARTs de diferentes profissionais	25
9. Da baixa da ART	27
10. Do cancelamento da ART	31
11. Da nulidade da ART	31
12. Da consulta da ART	33
 Certidão de Acervo Técnico	 35
1. Da Certidão de Acervo Técnico – CAT	35
2. Dos tipos de CAT	39
3. Do requerimento para emissão da CAT	39
4. Da análise do requerimento	39
5. Da emissão da CAT	41
6. Da impressão da CAT	43
7. Da nova impressão da CAT	43
8. Da validade da CAT	43
9. Da consulta da CAT	43
 Registro do Atestado	 47
1. Do atestado	47
2. Das exigências preliminares	49
3. Do registro do atestado	51
4. Do procedimento para registro do atestado	53
5. Do arquivamento do atestado no CREA-SP	55

1. Da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART

A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA.

Fica sujeito ao registro da ART no CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade:

- Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA; e
- Todo vínculo de profissional com pessoa jurídica para o desempenho de cargo ou função que envolva atividades para as quais sejam necessária habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA.

2. Dos tipos de ART

Da ART de obra ou serviço

A ART de obra ou serviço refere-se à execução de obras ou prestação de serviços objeto de um único contrato.

Quando a obra ou serviço for realizado em função de vínculo com a pessoa jurídica contratada, constituirá requisito a regularidade do profissional e da empresa no Crea da circunscrição onde será realizada a atividade técnica:

- No caso de pessoa jurídica com registro no Crea-SP será exigida também a ART de cargo ou função do profissional;
- No caso de pessoa jurídica com visto no Crea-SP não será exigida a ART de cargo ou função do profissional, mas somente o cadastro do vínculo do profissional com a empresa no sistema eletrônico.

Quando a execução da obra ou prestação de serviço for objeto de contrato global, situação em que dados como endereço, valor do contrato e quantitativos da atividade técnica contratada são identificados por meio de ordem de serviço específica, a ART de obra ou serviço deverá ser registrada da seguinte forma:

Anotação de Responsabilidade Técnica

- A ART inicial informará a estimativa dos quantitativos e do valor global do contrato; e, quando forem citados vários endereços da obra ou serviço, conterá a informação: “Vários municípios no Estado de São Paulo”, ou “Vários endereços no município de xxxxxx”, ou ainda, “Vários municípios situados nos Estados de São Paulo, xx,xx,...”
- A ART vinculada informará o endereço da obra ou serviço, os quantitativos e o valor relativo a cada ordem de serviço específica.

Caso os serviços sejam realizados no estado da circunscrição do CREA em que foi registrada a ART inicial, as ARTs relativas às ordens de serviço serão vinculadas àquela por “participação técnica” quando realizados por diferentes profissionais, ou por “complementação” quando realizados pelo mesmo profissional.

Nesta situação, o valor da ART inicial será calculado sobre a estimativa dos quantitativos ou a estimativa do valor global do contrato, e o valor das demais ARTs corresponderá ao valor previsto para ART vinculada, conforme resolução específica.

Caso os serviços sejam realizados em estados diferentes da circunscrição do CREA em que foi registrada a ART inicial, as ARTs relativas às ordens de serviço serão vinculadas àquela por “empreendimento”.

Nesta situação, o valor da ART inicial será calculado sobre a estimativa dos quantitativos ou a estimativa do valor global do contrato, e o valor das demais ARTs corresponderá ao valor previsto para ART vinculada, conforme resolução específica, desde seja apresentada ao CREA-SP cópia da ART inicial e do contrato correspondente.

O registro da ART da ordem de serviço ficará vinculado à liberação do boleto pelo Crea-SP, após análise da documentação.

Citamos como exemplo: contrato da Caixa Econômica Federal com empresa para manutenção predial em 500 agências em todo país, sem que haja definição do valor exato do contrato ou identificação de todos os endereços onde serão executados os serviços.

Quando a obra ou serviço for objeto de subcontratação parcial ou total posteriormente ao registro da ART inicial, esta deverá ser substituída.

Na ART de substituição deverão ser identificados os quantitativos correspondentes às

atividades inicialmente contratadas, e às atividades que passarão a ser acompanhadas em função da subcontratação, como coordenação, gestão, supervisão ou direção.

Citamos como exemplo: projeto e execução das instalações elétricas de edificação comercial com subcontratação da atividade de execução do serviço.

- ART inicial registrava originalmente o nível de atuação “Execução” tanto para a atividade de projeto quanto para a atividade de execução das instalações elétricas.
- ART que substituirá a ART inicial deverá contemplar o nível de atuação “Execução” para a atividade de projeto das instalações elétricas, e o nível de atuação “Coordenação” para a atividade de execução das instalações elétricas.

A ART de obra ou serviço será registrada conforme o Modelo A do Anexo I da Resolução nº 1.025, de 2009.

O sistema permitirá a identificação em relação anexa de mais de um endereço da obra/serviço.

O sistema permitirá a identificação de endereço do contratante ou da obra/serviço localizado no exterior.

As atividades técnicas que poderão ser registradas por meio da ART de obra ou serviço serão objeto de relação unificada.

Caso não seja encontrada a obra/serviço que se deseje registrar, o profissional deverá informar o item “obra/serviço não relacionado” e especificá-lo no campo “observações”.

Periodicamente, o CREA-SP verificará as ARTs registradas a partir do item “obra/serviço não relacionado” e adotará as seguintes providências:

- Caso exista o item na tabela, solicitar ao profissional a substituição da ART;
- Caso o item não tenha sido disponibilizado em função das competências do profissional, instaurar processo para anulação da ART;
- Caso não exista o item na tabela, encaminhar ao Confea pedido de sua inclusão.

A ART deverá ser registrada antes do início da atividade técnica, de acordo com os dados do contrato escrito ou verbal.

[illegible]

No caso da constatação de início da atividade técnica sem o registro da ART, o CREA-SP notificará o profissional ou o proprietário, conforme o caso, para proceder à anotação da responsabilidade técnica ou à contratação de profissional habilitado, conforme resolução específica.

O sistema permitirá o registro da ART durante o período de execução da obra ou serviço correspondente à atividade técnica desenvolvida pelo profissional.

No caso de obra ou serviço executado em caráter emergencial ou de curíssima duração, o registro da ART será possível por meio de ajuste do período de previsão para desenvolvimento da atividade técnica - data de início/previsão de término.

Será vedado o registro automático da ART de obra ou serviço concluído cuja atividade técnica tenha sido iniciada a partir de 1º de janeiro de 2010 (Resolução 1044/2013 Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.042, de 2012, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 9 de julho de 2012 – Seção 1, pág. 152, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2013 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta).

A regularização de obra ou serviço concluído sem a anotação de responsabilidade técnica ocorrerá por meio de requerimento apresentado pelo profissional, conforme procedimento fixado em resolução específica.

Este procedimento aplicar-se-á, entre outros, aos seguintes casos:

- Regularização de fato geradora de notificação ou autuação do profissional por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, quando a obra ou serviço estiver concluída depois de transitado em julgado o processo no âmbito do Sistema Confea/CREA;
- Identificação da responsabilidade técnica pela obra ou serviço concluído quando a empresa contratada ou o profissional tenha sido notificado pelo contratante ou por órgão de fiscalização e controle.

Na ausência da resolução específica, a regularização da obra ou serviço realizado sem anotação da responsabilidade técnica adotará, no que couberem, as disposições da Resolução nº 229, de 25 de junho de 1975.

Da ART de obra ou serviço de rotina

A ART de obra ou serviço de rotina, denominada ART múltipla, especifica vários contratos referentes à execução de obras ou à prestação de serviços de rotina em determinado período.

O registro da ART múltipla também se aplica à execução de obra ou prestação de serviço de rotina desenvolvido para a própria pessoa jurídica por profissional integrante de seu quadro técnico.

Quando a obra ou serviço de rotina for realizado em função de vínculo com a pessoa jurídica contratada, constituirá requisito a regularidade do profissional e da empresa no CREA da circunscrição onde será realizada a atividade técnica.

- No caso de pessoa jurídica com registro no Crea-SP será exigida também a ART de cargo ou função do profissional;
- No caso de pessoa jurídica com visto no Crea-SP será exigida somente no sistema eletrônico a identificação do vínculo do profissional com a empresa.

A ART múltipla deve relacionar as atividades referentes às obras e aos serviços de rotina contratados ou desenvolvidos entre o primeiro e o último dia do mês de referência.

Enquadram-se neste caso, as atividades contratadas no mês, cujo período de desenvolvimento seja superior a 30 dias.

Será vedado relacionar atividade que tenha sido concluída em data anterior ou iniciada posteriormente ao período do mês de referência a que corresponde a ART múltipla.

O valor da ART múltipla corresponderá ao somatório dos valores individuais de cada contrato calculado, conforme resolução específica.

A ART múltipla deve ser registrada até o décimo dia útil do mês subsequente ao da execução da obra ou prestação do serviço de rotina, no CREA em cuja circunscrição for exercida a atividade.

A ART múltipla será registrada conforme o Modelo B do Anexo I da Resolução nº 1.025, de 2009.

Este modelo apresentará variações para atendimento das especificidades das obras ou serviços de rotina, tais como a indicação de informação complementar.

Citamos como exemplo: especificação de agrotóxico, que requer indicação da cultura e do princípio ativo.

O sistema permitirá a inclusão de mais de uma informação complementar por contrato relacionado na ART múltipla.

As atividades técnicas que poderão ser registradas por meio da ART múltipla serão objeto de relação unificada.

O sistema permitirá a impressão de ART individualizada de contrato relacionado na ART múltipla.

Da ART de obra ou serviço que abrange circunscrições de diversos CREAs

A ART de obra ou serviço que abrange circunscrições de diversos CREAs será registrada conforme o Modelo A ou B do Anexo I da Resolução nº 1.025, de 2009.

O registro da ART de obra ou serviço que abrange circunscrições de diversos CREAs se aplica às seguintes situações:

- Execução de obras ou prestação serviços que abranjam mais de uma unidade da federação pode ser registrada em qualquer dos CREAs onde for realizada a atividade.

Citamos como exemplos: obras rodoviárias, linhas de transmissão de energia ou transporte de produtos químicos, cuja atividade técnica é desenvolvida pelo profissional simultaneamente ou sequencialmente em mais de um estado.

- prestação de serviço cujo objeto encontra-se em outra unidade da federação pode ser registrada no Crea desta circunscrição ou no Crea onde for realizada a atividade profissional.

A responsabilidade técnica pelas atividades preliminares ou acessórias à atividade principal estará contemplada pela ART de obra ou serviço. Caso constituam parte significativa do trabalho ou itens específicos do contrato firmado entre as partes, estas atividades deverão estar relacionadas de forma explícita na ART de obra ou serviço.

Citamos como exemplo de contrato genérico: escritório de Engenharia em São Paulo contratado para elaboração de projeto de engenharia de edificação comercial em Brasília-DF.

- O registro da ART de projeto poderá ocorrer tanto no Crea-DF quanto no Crea-SP, desde que a atividade técnica seja realizada no escritório da empresa; neste caso, infere-se que a coleta de dados foi realizada in loco.
- Requisito para registro da ART em qualquer dos CREAs: regularidade do profissional e empresa (RNP, registro ou visto).

Citamos como exemplo de contrato específico: escritório de Engenharia Ambiental em São Paulo contratado para elaboração de coleta de dados e estudo de viabilidade ambiental de área a ser regularizada em Brasília-DF.

- O registro da ART de Coleta de dados e de Estudo de Viabilidade Ambiental, mesmo que a primeira atividade constitua item significativo do trabalho a ser realizado, poderá ocorrer tanto no Crea-DF quanto no Crea-SP, desde que a atividade técnica seja realizada no escritório da empresa.
- Requisito para registro da ART em qualquer dos CREAs: regularidade do profissional e empresa (RNP, registro ou visto).

O registro de ART de atividades de supervisão, direção, gestão, coordenação e orientação técnica, desenvolvidas na circunscrição de outro CREA em função de vínculo do profissional com a empresa contratada, poderá ocorrer no Crea onde foi registrada sua ART de cargo ou função.

Não se enquadram nesta situação as atividades de caráter executivo que obrigatoriamente exijam a presença do profissional no local, como coleta de dados, vistoria, perícia,

execução, fiscalização, manutenção, produção técnica especializada, condução de serviço técnico, condução de equipe de instalação ou montagem.

Citamos como exemplo de contrato para acompanhamento de atividade técnica desenvolvida por outros profissionais e realizada em função de vínculo contratual: seção técnica de instituição financeira oficial em São Paulo-SP que supervisiona obras com recursos públicos no Rio de Janeiro-RJ.

- O registro da ART de cargo ou função deverá ocorrer no Crea-SP, em função da lotação do profissional em seção técnica localizada no estado.
- O registro da ART de supervisão poderá ocorrer tanto no Crea-RJ quanto no Crea-SP, uma vez que a atividade técnica caracteriza-se pelo acompanhamento de atividades que serão realizadas por outros profissionais.
- Requisito para registro da ART em qualquer dos Creas: regularidade do profissional e empresa (RNP, registro ou visto).
- execução de obras ou prestação de serviços executados remotamente a partir de um centro de operações deve ser registrada no Crea em cuja circunscrição se localizar o centro de operações.

Enquadram-se nesta situação os casos de serviços controlados ou realizados a distância, ou seja, sem a presença física do profissional no local do objeto.

Citamos como exemplo: controle de pequenas centrais elétricas ou transmissão de dados, cuja atividade técnica é desenvolvida pelo profissional em um centro de operações localizado em estado diferente daquele onde se encontra o objeto a ser controlado ou que receberá os dados transmitidos à distância.

Da ART de cargo ou função

A ART de cargo ou função refere-se ao vínculo do profissional com pessoa jurídica para desempenho de cargo ou função técnica.

A atividade técnica realizada por profissional em função de contrato de trabalho com pessoa física somente poderá ser objeto de ART de cargo ou função, quando este constituir-se como empresário, observada resolução específica.

A ART de cargo ou função será registrada conforme o Modelo C do Anexo I da Resolução nº 1.025, de 2009.

A efetivação do registro da ART de cargo ou função ocorrerá somente após o deferimento pelo Crea-SP do vínculo entre o profissional e a empresa, conforme resolução específica.

Para constituição de quadro técnico, o vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembleia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.

O vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica para constituição de seu quadro técnico em função de contrato de prestação de serviço será recepcionado pelo Crea caso explicito o desenvolvimento de atividades inerentes ao objeto social da empresa, observado o período contratual estabelecido.

A ART deverá ser registrada antes do início da atividade técnica, de acordo com os dados do contrato escrito ou verbal.

No caso da constatação de início da atividade técnica sem o registro da ART, o CREA-SP notificará o profissional ou a pessoa jurídica, conforme o caso, para proceder à anotação da responsabilidade técnica, de acordo com resolução específica.

O sistema permitirá o registro da ART durante o período em que o profissional estiver vinculado à empresa.

Somente a alteração do cargo, da função ou da circunscrição onde for exercida a atividade obriga ao registro de nova ART de cargo ou função e à baixa da ART anterior.

Neste sentido, a ART de cargo ou função continuará válida enquanto não ocorrer alteração ou extinção do vínculo do profissional com a pessoa jurídica.

Citamos como exemplo: o profissional empregado de uma construtora como engenheiro designado como Gerente de obra.

- ART de cargo técnico será registrada de acordo com o vínculo contratual com a construtora, quando for requerida habilitação profissional para a ocupação do cargo de “Engenheiro”.
- ART de função técnica, vinculada à ART do cargo, será registrada somente quando este mesmo profissional for designado para a uma função dentro da empresa, no caso exemplificado “Gerente de obra”.
- Caso seja exonerado da função de “Gerente de obra” e permaneça no quadro técnico da empresa ocupando o cargo de “Engenheiro”, o profissional efetuará somente a baixa da ART de função.

Será vedado o registro automático da ART de cargo ou função extinta cujo vínculo contratual tenha sido iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010 (Resolução 1044/2013 Art. 1º Alterar o art. 79 da Resolução nº 1.025, de 2009, cujo caput foi anteriormente alterado por meio da Resolução nº 1.042, de 2012, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 9 de julho de 2012 – Seção 1, pág. 152, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. O profissional terá até o dia 31 de dezembro de 2013 para requerer ao Crea, nos termos da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995, a Anotação de Responsabilidade Técnica relativa a obra ou serviço concluído e a cargo ou função extinta).

O registro da ART de cargo ou função de profissional integrante do quadro técnico da pessoa jurídica não exime o registro de ART de execução de obra ou prestação de serviço – específica ou múltipla.

Será obrigatória para registro da ART de obra ou serviço a existência no sistema eletrônico do Crea-SP da ART de cargo ou função nos seguintes casos:

- Quando a pessoa jurídica ou sua seção técnica desenvolver atividades para terceiros, em função de contrato escrito ou verbal para execução de obra ou prestação de serviço; e
- Quando a pessoa jurídica desenvolver atividades para si, em função de seu objeto social ou competência legal, observados, entre outros, as seguintes aspectos:
- Identificação do responsável técnico exigida por norma ou legislação de âmbito

municipal, estadual ou federal, como Código de Obra, Decreto de Acessibilidade, Legislação Ambiental, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, Regulamento do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Licitações, Lei que regulamenta o exercício profissional, entre outras;

Citamos como exemplo: construção de edificação, em que a prefeitura exige a ART de projeto e de execução; elaboração de projeto básico e orçamento ou a fiscalização de obra pública executada pelo órgão contratante; e elaboração de peça técnica a ser submetida à autoridade pública, como estudo, parecer, laudo, plano e projeto.

- identificação do responsável técnico exigida por determinação da pessoa jurídica de direito público ou privado na situação em que a ART de cargo ou função caracterizar-se como insuficiente ou inadequada para esta finalidade;
- identificação do responsável técnico exigida por determinação da pessoa jurídica de direito público ou privado com o objetivo de compor a capacidade técnico-operacional da empresa, que é formalizada por meio do conjunto do acervo técnico dos profissionais que compõem seu quadro técnico.

3. Do registro da ART

A ART será registrada após preenchimento eletrônico do formulário, cadastro no sistema do CREA-SP e pagamento do valor correspondente.

É vedado ao CREA-SP limitar o número de ARTs registradas ou de contratos relacionados na ART múltipla, pois configura restrição à atividade profissional, situação vedada pelo art. 170, parágrafo único, da Constituição Federal.

Neste caso, quando o número de ARTs registradas estiver em desacordo com os limites ou critérios fixados pelas câmaras especializadas, o sistema poderá gerar relatório para que seja verificada a efetiva participação do profissional nas atividades técnicas relacionadas na obra ou serviço.

Após a fiscalização, se caracterizado indício de exercício ilegal da profissão, o CREA-SP deve instaurar processo administrativo e encaminhá-lo à câmara especializada competente para análise e julgamento, conforme resolução específica.

Dos conceitos relacionados ao registro da ART

- ART preenchida: é aquela cujo formulário eletrônico foi preenchido na área do profissional ou da empresa contratada, mas aguarda cadastro no sistema do CREA. Constitui apenas rascunho eletrônico do formulário.
- ART cadastrada: é aquela cujo formulário eletrônico foi preenchido e enviado para o sistema do Crea, mas aguarda pagamento do valor correspondente. Constitui apenas conjunto de informações sem valor jurídico.
- ART registrada: é aquela cujo formulário eletrônico preenchido foi enviado para o sistema do Crea e cujo valor já foi quitado e identificado. Constitui conjunto de informações juridicamente válido e que passa a ser legalmente identificada como Anotação da Responsabilidade Técnica.
- ART impressa: é o formulário impresso contendo os dados eletronicamente preenchidos, o número da ART e a identificação da quitação do valor correspondente. A impressão da ART antes da efetivação de seu registro somente ocorrerá em modo rascunho.

Do preenchimento da ART

O preenchimento da ART será realizado pelo profissional por meio eletrônico.

No ato do preenchimento da ART serão verificadas as competências do profissional para a atividade técnica descrita em função da legislação em vigor.

O profissional deve relacionar na ART o nível de atuação e as atividades técnicas necessárias à execução da obra ou prestação do serviço sob a sua responsabilidade, conforme disposto no contrato, observados os limites das respectivas competências.

Desde que expressamente autorizada pelo profissional, a empresa contratada com a qual o profissional possui vínculo registrado no Crea poderá proceder ao preenchimento do formulário da ART em nome dos profissionais de seu quadro técnico mediante o uso de senha específica.

As ARTs preenchidas pela empresa contratada serão encaminhadas para a área do profissional no sistema do Crea-SP, visando à conferência do formulário eletrônico e à efetivação de seu cadastro.

A senha de acesso ao sistema eletrônico de registro da ART pela empresa contratada será fornecida mediante termo de responsabilidade.

Do cadastro da ART

O cadastro da ART será efetivado pelo profissional por meio do envio do formulário eletronicamente preenchido para o sistema do Crea-SP mediante uso de senha pessoal e intransferível.

A senha de acesso ao sistema eletrônico de registro da ART pelo profissional será fornecida mediante termo de responsabilidade.

Somente o cadastro da ART pelo profissional possibilitará a geração do boleto bancário.

Alertas na área do profissional o avisarão quando o prazo do vencimento do boleto bancário estiver esgotado.

O boleto poderá ser reimpresso dentro do prazo de pagamento, definido por resolução específica, mantendo a data de vencimento inicial:

- 10 dias para pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; e
- 30 dias para pessoas jurídicas de direito público.

Após o prazo de vencimento, caso o boleto bancário não tenha sido pago, o sistema gerará relatório para que o Crea-SP verifique se a atividade técnica foi iniciada sem o registro da ART e, conforme o caso, emita notificação, de acordo com resolução específica.

Esgotado o prazo de vencimento do boleto bancário, caberá ao profissional proceder, a partir da base de dados de ARTs preenchidas, novo cadastro da ART.

Do registro da ART

O registro da ART será efetivado por meio de quitação do valor correspondente, mediante o pagamento de boleto bancário nos meios disponíveis pela rede bancária.

Compete ao profissional efetuar o recolhimento do valor da ART nos seguintes casos:

- Quando o profissional for contratado como autônomo diretamente por pessoa física ou jurídica; ou
- Quando o profissional for o proprietário do empreendimento ou empresário.

Compete à pessoa jurídica contratada efetuar o recolhimento do valor da ART quando o profissional, responsável pelas atividades técnicas, constar de seu quadro técnico.

Enquadra-se nesta situação, o caso em que a pessoa jurídica contratante caracteriza-se também como executora da obra ou serviço.

A data de registro da ART será a data de quitação bancária do valor a ela correspondente.

Somente o pagamento identificado no sistema do Crea-SP validará eletronicamente o registro da ART e possibilitará sua impressão definitiva.

No caso de agendamento eletrônico, o registro da ART somente será efetivado após a conclusão da transação bancária.

Da impressão da ART

A ART será disponibilizada para impressão em formato A4, conforme Modelos A, B e C do Anexo I da Resolução nº 1.025, de 2009.

A ART será disponibilizada para impressão em arquivo PDF ou similar, com o objetivo de impedir a alteração do modelo aprovado.

O símbolo das Armas da República e a logomarca do Crea serão disponibilizados para impressão colorida.

As cores e a qualidade da impressão da ART dependerão dos recursos da impressora e do papel utilizado.

A ART somente será disponibilizada para impressão definitiva após a identificação do pagamento no sistema do Crea-SP, com o objetivo de evitar que a ART preenchida ou cadastrada seja utilizada como documento válido.

Excepcionalmente, antes da identificação do pagamento no sistema eletrônico, mediante justificativa, o Crea-SP poderá receber o comprovante de pagamento apresentado pessoalmente, por meio eletrônico ou fax, com o objetivo de confirmar a validade da ART e permitir sua impressão.

A ART impressa apresentará o valor pago e a data da quitação bancária.

A ART preenchida ou cadastrada poderá ser impressa em modo rascunho para conferência dos dados.

Neste caso, o formato do formulário deve ser descaracterizado ou deve apresentar o termo “Rascunho”.

Neste caso, o formulário não fará referência a qualquer data, de modo a evitar que seja interpretada como a data de registro da ART.

Da impressão do boleto bancário

O boleto bancário será impresso, conforme modelo FEBRABAN, em via separada do formulário da ART.

O boleto bancário deve apresentar a seguinte informação: “O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.”.

O boleto bancário poderá ser impresso pelo profissional ou pela empresa contratada.

A impressão do boleto bancário ficará vinculada à autorização pelo CREA-SP nos seguintes casos:

- Deferimento do vínculo entre profissional e empresa obrigada ao registro no CREA, no caso de ART de cargo ou função;
- Deferimento de inclusão ao acervo técnico de atividade concluída desenvolvida no país ou no exterior;
- Deferimento de complementação de ART baixada quando houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, no caso de procedimento administrativo para registro do atestado, uma vez que ocorrerá após a conclusão da obra ou serviço;
- Deferimento de substituição de ART baixada por interrupção, no caso de procedimento administrativo para registro do atestado, uma vez que ocorrerá após a conclusão da obra ou serviço;
- Deferimento de substituição de ART que já tenha sido objeto de CAT, no caso de verificação posterior de erro de preenchimento.
- Deferimento de substituição de ART que corrigir erro de preenchimento em que não seja verificada a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada;
- Deferimento de complementação de ART que registrar aditivo de vigência que se caracterize como renovação de contrato no caso de atividades de fiscalização, monitoramento, controle de qualidade, manutenção ou operação.

Não será gerado boleto bancário nos seguintes casos:

- ART complementar que informar somente aditivo de prazo de execução ou de vigência do contrato;

Não se enquadram nesta situação, os casos de renovação de contrato por novo período, quando originalmente definidos por prazo prefixado ou por período indeterminado, a exemplo dos serviços relacionados a manutenção de elevadores, limpeza urbana, entre outros.

No caso das atividades de fiscalização, monitoramento, controle de qualidade, manutenção ou operação, o cadastro da ART somente será efetivado após verificação dos dados pelo Crea-SP, de modo a evitar que contrato por tempo indeterminado seja renovado sem ônus.

- ART de substituição que corrigir erro de preenchimento de ART anteriormente registrada, desde que a análise preliminar pelo Crea-SP não verifique a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada.

4. Do registro da ART preenchida manualmente

O CREA poderá registrar ART preenchida manualmente até 31 de dezembro de 2010.

O registro de ART preenchida manualmente será efetivado por meio da apresentação ao Crea-SP da via assinada e do comprovante de quitação do valor correspondente.

A assinatura do contratante na ART poderá ser dispensada caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.

Após recebimento da ART, os dados deverão ser analisados para verificação do atendimento à legislação em vigor.

Caso estejam de acordo com a legislação em vigor, os dados da ART deverão ser cadastrados no sistema do CREA-SP.

Caso não estejam de acordo com a legislação em vigor, o CREA-SP deverá adotar as providências para anulação da ART.

A critério do CREA, após cadastro no sistema, a via assinada da ART poderá ser digitalizada e microfilmada, conforme a legislação específica, possibilitando a eliminação do documento original.

A partir de 1º de janeiro de 2011, será vedado ao CREA-SP registrar ART preenchida manualmente, ressalvados casos específicos.

Os casos específicos que possam motivar o uso ocasional ou sistemático da ART preenchida manualmente, bem como os procedimentos a serem adotados pelo Crea-SP deverão ser apresentados ao Confea por meio de proposta de ato normativo.

Mesmo neste caso, o registro da ART preenchida manualmente deverá atender ao disposto na Resolução nº 1.025, de 2009.

Obrigatoriamente, a ART preenchida manualmente deverá adequar-se aos modelos A, B, C do Anexo I da Resolução nº 1.025, de 2009.

A proposta de ato normativo deverá ser elaborada e submetida à homologação do Plenário do Confea de acordo com a Resolução nº 1.000, de 1º de janeiro de 2002.

Citamos como exemplos de casos específicos que podem motivar sua regulamentação pelo Crea: ausência de link de Internet na região, situação recorrente de emergência ou calamidade nos municípios, entre outros.

5. Da guarda da via assinada da ART

A via assinada da ART registrada eletronicamente não será arquivada no CREA-SP.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante, com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

O profissional deverá manter uma via da ART no local da obra ou serviço.

6. Da ART de substituição

A ART poderá ser substituída quando:

- Houver a necessidade de corrigir dados que impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada; ou

- Houver a necessidade de corrigir erro de preenchimento de ART.

A ART de substituição será registrada pelo profissional por meio eletrônico mediante uso de senha pessoal.

Será vedada a substituição de ART que já tenha sido objeto de CAT, emitida após 1º de janeiro de 2010.

Excepcionalmente, caso tenha sido observado erro de preenchimento na ART após emissão da CAT, o profissional poderá requerer sua substituição, informando os dados a serem alterados.

Nesta situação, o requerimento deverá ser instruído com o número da nova ART cadastrada no sistema, os dados alterados e a justificativa. A efetivação do registro ocorrerá somente após o deferimento do requerimento pelo CREA-SP.

Após o deferimento, o sistema informará o profissional para restituir ao CREA-SP a CAT anterior e o atestado registrado, visando à sua anulação.

Após a restituição da CAT, o sistema informará o profissional para proceder à impressão e pagamento do boleto bancário.

Somente após o registro da ART de substituição, será possível a emissão da nova CAT e o registro do atestado.

No momento do preenchimento deverá ser informada a ART anterior à qual será vinculada a ART de substituição.

O sistema deverá buscar os dados da ART anterior e disponibilizá-los para alteração.

Caso sejam alterados os dados do contrato ou o endereço da obra ou serviço, o sistema gerará relatório para que o CREA verifique a utilização da mesma ART em diferentes obras ou serviços.

No caso de substituição que corrigir erro de preenchimento de ART anteriormente registrada em que o CREA-SP não verifique a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada, a ART de substituição apresentará no rodapé a seguinte informação: "Isento conforme Resolução XX/XXXX".

7. Da ART complementar

Os dados da ART poderão ser complementados quando:

- For realizada alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada, ou prorrogar o prazo de execução; ou
- Houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, desde que não implique a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada.

A ART complementar será registrada pelo profissional por meio eletrônico mediante uso de senha pessoal.

No momento do preenchimento deverá ser informada a ART anterior à qual será vinculada a ART complementar.

O sistema buscará a ART original, reproduzirá seus dados e disponibilizará para alteração: número de contrato, data do contrato, data de início e previsão de término, valor do contrato, atividade técnica e observações.

No caso de complementação que informar somente aditivo de prazo de execução ou de vigência do contrato, a ART complementar apresentará no rodapé a seguinte informação: “isento conforme Resolução XX/XXXX”.

8. Da vinculação entre ARTs de diferentes profissionais

Diferentemente da ART complementar ou da ART de substituição, que são vinculadas à ART do mesmo profissional, uma ART pode ser vinculada a ART de outro profissional quando:

- Houver a necessidade de informar a participação técnica de mais de um profissional no desenvolvimento das atividades técnicas, objeto de um único contrato; e
- Houver a necessidade de informar a vinculação entre profissionais no desenvolvimento das atividades técnicas, objeto de contratos diferentes.

Estes tipos de vínculo permitem a identificação da rede de responsabilidades técnicas envolvida na execução de determinado empreendimento.

Por participação técnica

A participação técnica do profissional na obra ou serviço é classificada da seguinte forma:

- Individual, que indica que a atividade, objeto do contrato, é desenvolvida por um único profissional;
- Coautoria, que indica que uma atividade técnica caracterizada como intelectual objeto de contrato único, é desenvolvida em conjunto por mais de um profissional de mesma competência;

Citamos como exemplos: planejamento, estudo, projeto.

- Corresponsabilidade, que indica que uma atividade técnica caracterizada como executiva objeto de contrato único, é desenvolvida em conjunto por mais de um profissional de mesma competência; e

Citamos como exemplos: execução de obra, manutenção, instalação, operação.

- Equipe, que indica que diversas atividades complementares, objetos de contrato único, são desenvolvidas em conjunto por mais de um profissional com competências diferenciadas.

Citamos como exemplos: projetos estruturais e complementares para edifício complexo, como hospital, aeroporto etc.

No momento do preenchimento o profissional informará a ART do contrato à qual será vinculada sua ART por participação técnica.

O sistema buscará a ART do contrato, reproduzirá seus dados e a disponibilizará para alteração de: dados da obra/serviço, atividade técnica e observações.

Caso a ART do contrato não conste da base de dados do CREA-SP, o sistema recusará a vinculação e informará a necessidade de:

- Registro da ART do contrato por meio do pagamento do boleto bancário, no caso de ART preenchida eletronicamente; ou

- Apresentação da ART do contrato ao CREA-SP para cadastramento, no caso de ART preenchida manualmente.

Efetivado o registro, o sistema enviará ao profissional da ART do contrato alerta informando da vinculação de ART de outro profissional por participação técnica.

Neste caso, o valor das ARTs registradas por participação técnica será aquele fixado para ART vinculada, conforme resolução específica.

Por empreendimento

A vinculação da ART ao empreendimento tem o objetivo de identificar a rede de responsabilidades técnicas da obra ou serviço, objeto de diferentes contratos.

A vinculação da ART ao empreendimento é recomendada nos seguintes casos:

- Substituição de responsável técnico; ou
- Contratação ou subcontratação de outros serviços.

Esta vinculação abrange também o desenvolvimento em equipe de atividades técnicas, cujos profissionais estejam vinculados a diferentes contratos.

Citamos como exemplo: desenvolvimento de estudo de viabilidade técnica de área ambiental, em que profissionais autônomos ou pertencentes a quadro técnico de várias empresas atuam em equipe, porém cada um desenvolvendo sua atividade técnica específica como coleta de dados, análise, relatórios, etc.

No momento do preenchimento o profissional informará a ART do contrato a que será vinculada sua ART.

O sistema buscará a ART do contrato e disponibilizará seus dados para visualização.

Neste caso, o valor das ARTs registradas por empreendimento será calculado sobre o valor do contrato, conforme resolução específica.

9. Da baixa da ART

A data de conclusão da obra/serviço tem o objetivo de identificar para a sociedade a previsão do término das atividades técnicas descritas na ART, facilitando o acompanhamento pelo contratante e pela fiscalização do Crea-SP.

Como constitui uma previsão, esta data não necessariamente será idêntica à da conclusão efetiva da obra/serviço ou da extinção do vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica, motivo pelo qual foi instituído o procedimento de baixa da ART.

Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente.

Contudo, a data da baixa, bem como a data prevista para conclusão da obra/serviço, não determina o fim da responsabilidade técnica pela obra/serviço executado, que é definida por legislação federal específica.

Assim a baixa da ART não exime o profissional ou a pessoa jurídica contratada das responsabilidades administrativa, civil ou penal, conforme o caso.

Da baixa pelo profissional

Alertas na área do profissional o avisarão quando vencer a data de previsão de término da obra ou serviço.

No caso de ART múltipla, o alerta avisará o profissional quando do encerramento da data de previsão de término de cada um dos contratos.

Caso o CREA permita informar a data efetiva de conclusão da obra, solicitar ao sistema eletrônico impedir indicação de data anterior à data de registro da ART.

A baixa da ART será realizada pelo profissional por meio eletrônico mediante uso de senha pessoal de acordo com os seguintes motivos:

- Conclusão da obra/serviço;
- Interrupção da obra/serviço por:

- Rescisão contratual da obra/serviço;

- Substituição do profissional no mesmo contrato;

- Paralisação da obra/serviço.

A baixa da ART múltipla poderá ser realizada de forma total ou por item de contrato.

A baixa por rescisão contratual da obra/serviço abarca os seguintes casos:

- Rescisão formalizada;
- Rescisão verbal que ocorra com a concordância do contratante;
- Rescisão verbal que ocorra sem a concordância do contratante;
- Falecimento do profissional.

A baixa por paralisação da obra ou serviço abarca os casos de interrupção permanente ou por período indefinido.

A interrupção temporária que não acarreta descontinuidade da participação do profissional na obra ou serviço não obriga à baixa da ART.

No caso de baixa por interrupção da obra ou serviço o profissional deverá declarar eletronicamente que o contratante está ciente da baixa da ART.

Nos casos de baixa por interrupção da obra ou serviço, o profissional deverá informar no campo “relatório de baixa” a situação e atividades realizadas até o momento da baixa.

Este relatório tem o objetivo de identificar os limites da participação do profissional e resguardá-lo caso o contratante dê continuidade à obra/serviço sem a participação de outro profissional. Também servirá para registro dos motivos no caso de rescisão contratual sem concordância do contratante, tais como não pagamento de honorários, desobediência quanto ao atendimento das normas técnicas, não fornecimento de materiais adequados, etc.

Após a baixa por interrupção da obra/serviço, o sistema gerará relatório para que o Crea-SP verifique a existência de ART do novo profissional que dará continuidade à atividade técnica.

Da baixa pelo contratante ou pela empresa contratada

O contratante ou a empresa contratada pode requerer a baixa da ART por meio do Requerimento de ART e Acervo Técnico, Anexo III da Resolução nº 1.025, de 2009.

Deve ser anexado ao requerimento documento com informações suficientes que comprovem a inércia do profissional em requerê-la.

Neste caso, o Crea-SP notificará o profissional para manifestar-se sobre o requerimento de baixa no prazo de dez dias corridos.

O CREA-SP analisará o requerimento de baixa após a manifestação do profissional ou esgotado o prazo previsto para sua manifestação.

Após efetuar análise dos documentos, o requerente será notificado acerca da decisão do Crea-SP.

Em caso de dúvida, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

Compete ao Crea-SP, quando necessário, solicitar documentos, efetuar diligências ou adotar outras providências necessárias ao caso para averiguar as informações apresentadas.

A critério do Crea-SP, o requerimento e o documento apresentado pelo contratante/contratada poderão ser digitalizados e microfilmados e posteriormente eliminados, atendido ao disposto na legislação específica.

Da baixa pelo Crea

O Crea-SP efetuará automaticamente a baixa da ART que:

- indicar profissional que tenha falecido ou que teve o seu registro cancelado ou suspenso após a anotação da responsabilidade técnica;
- indicar profissional que deixou de constar do quadro técnico da empresa contratada;

- constar de documento comprobatório de conclusão da obra ou serviço em tramitação no Crea-SP; e
- tiver sido substituída.

No caso de baixa automática, o sistema gerará relatório para que o Crea verifique a existência de ART de outro profissional que dará continuidade à atividade técnica.

Após a baixa da ART, o requerente, o motivo, as atividades técnicas concluídas e a data da solicitação serão automaticamente anotadas no SIC.

No caso de rescisão contratual ou falecimento do profissional, também será anotada no SIC a data do distrato ou do óbito.

No caso de baixa requerida pelo contratante/contratada, também será anotada no SIC a data do deferimento pelo Crea-SP.

No caso em que seja apresentado documento comprobatório, também será anotada no SIC a data da conclusão efetiva da obra ou serviço.

10. Do cancelamento da ART

O cancelamento da ART será requerido pelo profissional, pela empresa contratada ou pelo contratante quando:

- nenhuma das atividades técnicas descritas na ART forem executadas; ou
- o contrato não for executado.

Verificado um dos casos supramencionados, o Crea deve instaurar processo administrativo para cancelamento de ART e encaminhá-lo à câmara especializada competente para análise e julgamento. A efetivação do cancelamento ocorrerá somente após o deferimento do requerimento pelo Crea-SP.

Enquadra-se também no caso de cancelamento a ART registrada em duplicidade, ou seja, ART que tenha sido cadastrada mais de uma vez e cujos boletos bancários tenham sido pagos.

Nesta situação, o requerimento deverá ser instruído com o número da ART que será mantida e daquela que deverá ser cancelada, visando a análise do Crea-SP. A efetivação do cancelamento ocorrerá somente após o deferimento do requerimento pelo Crea-SP.

O Crea-SP deverá comunicar ao profissional, à empresa contratada e ao contratante o cancelamento da ART.

Após o deferimento, o profissional poderá requerer ao Crea-SP a restituição do valor correspondente à ART cancelada, adotando por analogia o disposto no art. 165 do Código Tributário Nacional – CTN.

11. Da nulidade da ART

As ARTs registradas serão anuladas pelo Crea-SP quando:

- for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexistência insanáveis de qualquer dado da ART;
- for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;
- for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;
- for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;
- for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou
- for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.

Verificado um dos casos supramencionados, o Crea-SP deve instaurar processo administrativo para anulação de ART e da CAT a ela correspondente e encaminhá-lo à câmara especializada competente para análise e julgamento.

No caso de lacuna no preenchimento, erro ou inexistência dos dados da ART, preliminarmente o Crea-SP notificará o profissional e a empresa contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

No caso em que seja caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado, o processo administrativo deve também abordar a infração ao Código de Ética.

No caso em que seja verificado indício de exercício ilegal da profissão, o processo administrativo deve também abordar a infração à Lei nº 5.194, de 1966, conforme o caso:

- incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART – infração ao art. 6º, alínea “b”, da Lei nº 5.194, de 1966;
- o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART – infração ao art. 6º, alínea “c”, da Lei nº 5.194, de 1966;
- outra forma de exercício ilegal da profissão – infração ao art. 6º, alínea “a”, “d” ou “e”, conforme o caso.

Julgado procedente o processo administrativo para anulação da ART, a câmara especializada competente deve verificar a pertinência de instauração de processo ético.

Se caracterizado indício de falta ética, a câmara especializada deverá encaminhar o processo à comissão de ética para apuração e tramitação conforme resolução específica.

A anulação ou não da ART e da CAT a ela correspondente ocorrerá após decisão transitada em julgado do processo administrativo.

O Crea deverá comunicar ao profissional, à empresa contratada e ao contratante a anulação da ART.

Não caberá restituição do valor da ART anulada.

12. Da consulta da ART

As informações acerca das ARTs registradas no Crea-SP serão disponibilizadas por meio dos seguintes instrumentos:

Certidão de ART, que certifica para o interessado os dados constantes dos assentamentos do Crea-SP sobre determinada anotação de responsabilidade técnica, bem como outras informações requeridas pelo interessado.

Esta certidão também abrange informações sobre ARTs registradas em função do período ou da situação em que se encontram, substituindo a antiga Relação de Acervo Técnico – RAT.

- Caso exista a ART, será denominada Certidão positiva de ART
- Caso inexistir a ART, será denominada Certidão negativa de ART

Consulta pela Internet, que disponibiliza o conteúdo e os dados para verificação da validade e da autenticidade da ART, resguardada a inviolabilidade da vida privada das pessoas.

As ARTs registradas no Crea-SP serão disponibilizadas para consulta pública pela Internet.

1. Da Certidão de Acervo Técnico – CAT

A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea-SP a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas competências e registradas no Crea-SP por meio de anotações de responsabilidade técnica.

A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

Fundamentação:

Da capacidade técnico-profissional Os arts. 7º, 8º e 9º da Lei nº 5.194, de 1966, analisados em conjunto com os arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496, de 1977, definem que o desenvolvimento das atividades técnicas nas áreas tecnológicas ocorre em função da atuação do profissional habilitado na condição de autônomo, empresário ou integrante de quadro técnico de pessoa jurídica contratada, motivo pelo qual definimos Acervo Técnico como o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea-SP por meio de ARTs.

Na maioria dos casos, a execução de obras e serviços ou a produção técnica especializada somente é possível devido à existência dos recursos financeiros e dos meios materiais fornecidos ou gerenciados pelas empresas, porém o conhecimento técnico inerente a estas atividades é de competência exclusiva do profissional habilitado, motivo pelo qual o art. 48 da Resolução nº 1.025, de 2009, é explícito quando dispõe que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Certidão de Acervo Técnico

Neste sentido, extrai-se que o atestado registrado por meio da CAT é um documento do profissional que certifica para o mercado de trabalho sua qualificação técnica e que somente deverá ser utilizado como prova de capacidade técnico-profissional pela empresa que o indicar como integrante de seu quadro técnico, situação que poderá ser comprovada pela Certidão de Registro e Quitação da empresa ou por declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Observamos que a presente regulamentação também se aplica às pessoas jurídicas estrangeiras que desejem participar de licitações no país. Neste caso, o atestado será registrado no Crea-SP somente se o profissional que se responsabilizou pelas obras ou serviços executados no Exterior – após seu registro no Crea-SP em caráter permanente ou temporário, de acordo com seu contrato de trabalho no Brasil – registrar a correspondente ART.

Da capacidade técnico-operacional da leitura do art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, observamos que inexistia dispositivo legal na Lei de Licitações que obrigasse o CREA-SP ao registro do atestado para comprovação da capacidade técnico-operacional, uma vez que esta exigência, constante do art. 30, § 1º, inciso II, foi vetada pelo Presidente da República por meio da Lei nº 8.883, de 1994, fundamentado nos argumentos de que esta exigência contrariava os princípios propostos no projeto de lei, como demonstra o extrato do veto abaixo transcrito:

Razões do veto

Assim se manifestou a Advocacia-Geral da União sobre estas disposições:

“Reconhecidamente, a competição entre possíveis interessados é princípio ínsito às licitações, pois somente ao viabilizá-la o Poder Público pode obter a proposta economicamente mais vantajosa, barateando, assim, os preços de suas obras e serviços”.

Ora, a exigência de “capacidade técnico-operacional”, nos termos definidos no primeiro dos dispositivos supra, praticamente inviabiliza a consecução desse objetivo, pois segmenta, de forma incontornável, o universo dos prováveis competidores, na medida em que, embora possuindo corpo técnico de comprovada experiência, uma empresa somente se habilita a concorrer se comprovar já haver realizado obra ou serviço de complexidade técnica idêntica à que estiver sendo licitada.

Ademais, dependendo do vulto da obra ou serviço, essa exigência pode afastar pequenos e médios competidores, já que pode chegar a até 50% das “parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo”, conceitos, aliás, sequer definido objetivamente no projeto.

Impõem-se, assim, expungir do texto os dispositivos em foco, que, por possibilitarem possíveis direcionamentos em proveito de empresas de maior porte, se mostram flagrantemente contrários ao interesse público. (...)”

Apesar do veto, contudo, é praxe os editais de licitação exigirem a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas, muitas vezes solicitando a emissão da CAT em nome da empresa contratada, situação que apenas dificulta a participação das empresas nos certames.

Observamos ainda que a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional foi objeto de Decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS (Decisão nº TP-0511/2009) em função de consulta apresentada pelo Crea-RS, que se manifestou no seguinte sentido:

a) acolher a Representação MPC nº 0044/2008, no sentido de considerar que a exigência – formulada a pessoas jurídicas – de atestado ou certidão que comprove a prévia execução de obras e serviços de engenharia (o que se convençiona denominar “capacidade técnico-operacional”) não pode ser colocada como elemento impeditivo à habilitação de possíveis interessados em contratar com a Administração Pública; (...)

c) firmar entendimento, sem embargo das conclusões lançadas nas alíneas “a” e “b” desta decisão, no sentido de que, na fixação das condições editalícias para a execução de obras e serviços de engenharia pelo Poder Público, devem ser contemplados requisitos que evidenciem e assegurem a plena capacidade financeira, material, operacional e de controle por parte da contratada em relação ao respectivo objeto; (...)

2. Dos tipos de CAT

CAT sem registro de atestado é a certidão expedida de acordo com os dados constantes da ART baixadas e substitui a antiga Relação de Acervo Técnico – RAT.

CAT com registro de atestado de atividade concluída é a certidão expedida de acordo com os dados constantes da ART baixada, relativa à obra/serviço concluído, considerados os dados técnicos qualitativos e quantitativos declarados no atestado e demais documentos complementares.

CAT com registro de atestado de atividade em andamento é a certidão expedida de acordo com os dados constantes da ART, relativa à obra/serviço em andamento, considerados os dados técnicos qualitativos e quantitativos declarados no atestado.

3. Do requerimento para emissão da CAT

A CAT será requerida pelo profissional por meio do Requerimento de ART e Acervo Técnico, Anexo III da Resolução nº 1.025, de 2009.

A CAT sem registro de atestado será objeto de requerimento individualizado por profissional e deverá estar acompanhada da documentação obrigatória.

A CAT com registro de atestado será objeto de requerimento individualizado por profissional e por atestado, e deverá estar acompanhada da documentação obrigatória.

No caso de CAT com registro de atestado de atividade concluída, será exigida a baixa da ART, além da apresentação da documentação obrigatória.

No caso de baixa da ART por interrupção da obra/serviço, deverá ser exigida também a substituição da ART para adequação dos dados que impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada, conforme atestado.

Neste caso, o registro da ART de substituição se efetivará após o deferimento pelo Crea tendo em vista o registro posterior à conclusão da obra ou serviço, em função de procedimento administrativo necessário ao registro do atestado.

No caso de CAT com registro de atestado de atividade em andamento, será exigida somente a apresentação da documentação obrigatória.

Neste caso, não será requerida a baixa da ART, uma vez que as atividades técnicas para execução da obra/serviço continuam em desenvolvimento.

Quando a obra/serviço estiver concluída, a ART baixada e for requerido o registro do atestado complementar ou do novo atestado da atividade concluída, o sistema deverá vincular a CAT referente à atividade em andamento à nova CAT da atividade concluída.

4. Da análise do requerimento

O Requerimento de ART e Acervo Técnico e a documentação apresentada deve ser objeto de análise preliminar para verificação de sua compatibilidade com as seguintes exigências:

- Preenchimento adequado do requerimento de acordo com o serviço requerido;
- Apresentação da documentação, conforme disposto no Anexo III da Resolução nº 1.025, de 2009;
- Apresentação dos dados mínimos no caso de atestado, conforme disposto no Anexo IV da Resolução nº 1.025, de 2009.

O requerimento somente será protocolizado se atendidas as exigências preliminares fixadas no Anexo III da Resolução nº 1.025, de 2009.

O CREA-SP procederá à análise da documentação para verificação dos seguintes aspectos:

- Situação do profissional à época do requerimento quanto a débito relativo a anuidade, multas e preços de serviços junto ao Sistema Confea/Crea;
- Situação do registro ou visto do profissional à época da execução da obra ou prestação do serviço (ativo, inativo – falecido, suspenso, cancelado, interrompido);
- Situação do registro ou visto da empresa à época da execução da obra ou prestação do serviço (ativo, inativo – cancelado);
- Situação do cadastro do consórcio à época da execução da obra ou prestação do serviço (ativo, inativo – cancelado);
- Situação do vínculo do profissional com a empresa à época da execução da obra ou prestação do serviço;

- Competências do profissional à época da execução da obra ou prestação do serviço especificado nas ARTs registradas;
- Situação das ARTs registradas de acordo com os dados constantes dos assentamentos do Crea-SP (registro, complementação, substituição, vinculação, baixa, anulação e cancelamento);
- Compatibilidade dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea-SP relativos às ARTs registradas, no caso de CAT com registro de atestado.

No caso de a obra/serviço ter sido realizada em regime de consórcio, sociedade ou subcontratação, o Crea-SP deverá verificar as ARTs registradas pelas demais empresas – participantes ou contratantes – com o objetivo de analisar a compatibilidade de seus dados quanto ao nível de atuação e às atividades técnicas anotadas.

No caso de a obra/serviço ter sido realizada em mais de uma circunscrição, a verificação acerca das ARTs registradas por outras empresas deverá ser realizada na base de dados do Crea-SP e, verificada a inexistência de informações, na base de dados do SIC ou dos Crea das demais circunscrições citadas como local da obra ou serviço.

O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto na Resolução nº 1.025, de 2009.

No caso de o requerimento referenciar ART que já tenha sido objeto de CAT e ser instruído com documento que apresente informações divergentes da certidão emitida anteriormente ou em desacordo com a legislação em vigor, o Crea-SP deverá solicitar ao profissional explicação e indicação daquelas reputadas como verdadeiras.

O sistema informará o profissional para restituir ao Crea-SP a CAT anterior e o atestado registrado, se houver, visando a sua anulação.

Caso sejam verificados indícios de falta ética, o Crea-SP deverá instaurar processo ético e encaminhá-lo à câmara especializada competente.

Em caso de dúvida, o requerimento será encaminhado à câmara especializada referente à atividade para apreciação.

Quando a atividade descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao plenário para decisão.

5. Da emissão da CAT

A CAT deve conter as seguintes informações:

- Identificação do responsável técnico;
- Dados das ARTs;
- Observações ou ressalvas, quando for o caso;
- Local e data de expedição; e
- Autenticação digital.

A CAT será emitida em nome do profissional.

É vedada a emissão de CAT em nome da empresa.

É vedada a emissão de CAT ao profissional que possuir débito relativo a anuidade, multas e preços de serviços junto ao Sistema Confea/Crea, inclusive a diferença de valor de ART recolhido incorretamente, excetuando-se aqueles cuja exigibilidade encontrar-se suspensa em razão de recurso.

É vedada a aposição na CAT de chancela, marca d'água, perfurações, brasão, selos, carimbos ou etiquetas.

A CAT será emitida após deferimento do requerimento.

A CAT será emitida após verificação dos dados pelo sistema e análise da documentação.

A CAT poderá ser emitida pela Internet, atendidas as exigências relativas ao serviço requerido.

O sistema deverá registrar a identificação do responsável pela análise da documentação e pela emissão da CAT.

A CAT poderá ser emitida manualmente até que a implantação da infraestrutura tecnológica e a adaptação do sistema corporativo do CREA se efetivem.

Neste caso, a CAT deverá ser assinada pelo presidente ou por empregado do CREA-SP, desde que conste da certidão referência expressa a esta delegação.

É vedada a emissão manual da CAT após 31 de dezembro de 2010, ressalvados casos específicos.

6. Da impressão da CAT

A CAT será impressa em papel no formato A4, conforme os Modelos A, B e C do Anexo II da Resolução nº 1.025, de 2009.

A CAT será disponibilizada para impressão em arquivo PDF ou similar de modo a não possibilitar a alteração do modelo aprovado.

O símbolo das Armas da República e a logomarca do Crea serão disponibilizados para impressão colorida.

As cores e a qualidade da impressão da CAT dependerão dos recursos da impressora e do papel utilizado.

A CAT emitida eletronicamente poderá ser disponibilizada para impressão via Internet.

7. Da nova impressão da CAT

A nova impressão de CAT sem registro de atestado não precisará manter os dados de identificação da primeira certidão emitida (número, local e data da emissão).

A nova impressão de CAT com registro de atestado deverá manter os dados de identificação da primeira certidão emitida (número, local e data da emissão), quando esta tiver sido emitida eletronicamente.

Não será limitado o número de impressões de CAT disponibilizada na Internet.

No caso de CAT com registro de atestado emitida manualmente, deverá ser requerida a emissão de nova CAT, em face da indisponibilidade do documento original no sistema eletrônico.

No caso de extravio do atestado registrado ou da apresentação de outra via do atestado original, deverá ser requerida a emissão de nova CAT, uma vez que serão apostos selos de segurança com nova numeração.

8. Da validade da CAT

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A CAT com registro de atestado de atividade em andamento, somente perderá a validade nos casos de substituição ou anulação da ART, haja vista que a modificação dos dados em função da conclusão da obra ou serviço e consequente baixa da ART não modifica, para os efeitos legais, as informações parciais nela consignadas.

A CAT perderá a validade também no caso de sua anulação em função da anulação da ART ou da verificação posterior de falsidade do atestado apresentado.

Nestes casos, depois de transitada em julgado a decisão relativa à anulação da CAT, o CREA-SP deverá solicitar a devolução da certidão e publicar no Diário Oficial da União a perda de sua validade.

9. Da consulta da CAT

As CATs emitidas pelo CREA-SP serão disponibilizadas para consulta pública pela Internet.

As informações acerca da autenticidade e da validade das CATs emitidas eletronicamente pelo Crea de acordo com os novos procedimentos também serão consolidadas no Sistema de Informações Confea/Crea – SIC e disponibilizadas para consulta pública pela Internet.

Os dados da ART relativos ao valor do contrato, bem como ao CPF e ao endereço do contratante e do proprietário, constantes da CAT, serão excluídos da consulta pública na Internet, uma vez que correspondem a informações cadastrais que devem ser resguardadas visando à inviolabilidade da vida privada das pessoas.

[illegible]

A CAT será disponibilizada para consulta na Internet a pessoas jurídicas de direito público mediante requerimento justificado ou acesso restrito à base de dados, formalizado por meio de convênio com o Crea ou o Confea, conforme o caso.

Para verificação da validade e da autenticidade da CAT serão disponibilizadas as seguintes informações:

- Dados da CAT, atendidos os critérios fixados nos itens 9.2 e 9.3;
- Situação e datas relativas à emissão ou à validade da CAT;
- Número de selos de segurança constantes do atestado registrado;
- Número da autenticação digital da CAT.

Os dados da CAT somente serão disponibilizados para consulta pelo sistema do Crea, uma vez que a certidão poderá apresentar dados de ART registrada de acordo com os procedimentos anteriormente fixados e que não constarão na base de dados do SIC.

1. Do atestado

O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

As informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado devem ser declarados por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA.

No caso em que o contratante não possua em seu quadro técnico profissional habilitado, o atestado deverá ser objeto de laudo técnico.

A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

Ficam sujeitos aos procedimentos de registro de atestado os processos de interesse dos arquitetos e dos urbanistas até a instituição do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

Recomendação

Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:

- O atestado registrado no Crea-SP constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT:
 - esteja a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica; ou
 - venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Registro do Atestado

- Atestado registrado no Crea-SP não fará prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica contratada citada no documento nos casos em que o profissional não mais estiver à ela vinculado;
- Atestado não poderá ser registrado no Crea-SP no caso em que os dados técnicos não tenham sido declarados por profissional habilitado;
- A declaração dos dados técnicos do atestado será verificada da seguinte forma:
- Pela identificação do profissional que os declarou no próprio atestado ou em declaração anexa apresentada pelo contratante;
- Por meio de laudo emitido por profissional habilitado que confirme os dados declarados inicialmente por leigo em face da obra ou serviço realizado.
- CREA-SP não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.

Fundamentação:

Da caracterização do atestado como documento técnico O procedimento para o registro do atestado no CREA-SP passou a ser regulamentado em atenção ao art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, que objetiva comprovar a capacidade técnico-profissional das empresas em processos licitatórios.

Apesar do argumento de que a Lei de Licitações define a emissão do atestado como um ato declaratório do contratante, a análise conjunta do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, com os arts. 13 e 14 da Lei nº 5.194, de 1966, obriga que os elementos quantitativos e qualitativos relativos à obra ou serviço realizado sejam declarados por profissional habilitado, uma vez que o leigo não possui conhecimento técnico para fazê-lo.

Em razão do grau cada vez maior de especificidade dos dados constantes dos atestados, visando subsidiar as análises de compatibilidade de características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, esta declaração técnica passou a ser de extrema importância para a salvaguarda dos interesses sociais, uma vez que evita a certificação pelo Crea-SP de documentos cujos dados podem não condizer com a realidade e, por conseguinte, dificulta a participação no certame de empresas que não atendem aos critérios de capacitação técnico-profissional.

Assim, o art. 58 da Resolução nº 1.025, de 2009, por meio do item 1.6 do respectivo Anexo IV, passou a exigir a identificação tanto do representante legal da empresa contratante quanto do responsável pela declaração dos dados técnicos constantes do atestado.

Na ausência da identificação deste profissional no atestado, em especial quando este houver sido emitido antes da publicação da Resolução nº 1.025, de 2009, o contratante, por exemplo, poderá emitir declaração ou apresentar documento que identifique o profissional que à época subsidiou tecnicamente a elaboração do documento, caso conste de seus arquivos esta informação, haja vista que usualmente os atestados ou as certidões de conclusão de obra ou serviço são elaborados pelos profissionais que fiscalizaram sua execução em nome da contratante.

Observamos que esta situação difere daquela prevista no parágrafo único do art. 58, que obriga a apresentação de laudo nos casos em que os dados técnicos constantes do atestado não tenham sido declarados por qualquer profissional, de forma a confirmar tecnicamente os elementos qualitativos e quantitativos em face do que foi efetivamente executado, em especial nos casos em que o atestado é emitido por pessoa física, situação não prevista na Lei nº 8.666, de 1993.

2. Das exigências preliminares

O Requerimento de ART e Acervo Técnico que solicitar emissão de CAT com registro de atestado deverá ser instruído com uma via original e cópia simples, ou duas cópias autenticadas do atestado emitido pelo contratante.

O requerimento deverá conter declaração do profissional corroborando a veracidade das informações relativas à descrição das atividades constantes das ARTs especificadas e à existência de subcontratos ou subempreitadas.

O atestado deve apresentar os dados mínimos conforme disposto no Anexo IV da Resolução nº 1.025, de 2009.

O atestado não deve apresentar rasuras ou qualquer adulteração.

O atestado deve ser apresentado em papel timbrado ou, na sua inexistência, apresentar carimbo padronizado com CNPJ, quando emitido por empresa de direito público ou privado.

O atestado que se referir a obra ou serviço em andamento deverá mencionar explicitamente as atividades, o período e as etapas finalizadas.

O atestado deve ser assinado pelo contratante ou por seu representante legal, no caso de pessoa jurídica, e por profissional habilitado nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea que, vinculado à pessoa jurídica contratante, possua competência para declarar as informações técnicas constantes do documento.

No caso em que a pessoa física contratante não seja profissional habilitado, o atestado deverá estar acompanhado de laudo técnico e da respectiva ART.

No caso em que a pessoa jurídica não possuir profissional habilitado com competência para declarar as informações técnicas, este deverá ser assinado por seu representante legal e estar acompanhado de laudo técnico e da respectiva ART.

O atestado emitido pelo segundo contratante (empresa contratada) que referenciar serviços subcontratados deve estar acompanhado de documentos hábeis que comprovem a anuência do representante legal da contratante original ou que comprovem a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, ou documento equivalente.

Será garantida a emissão da CAT mesmo nos casos de subcontratação não formalizada junto ao contratante inicial, desde que apresentados documentos que comprovem a participação do profissional, uma vez que a competência do Sistema Confea/Crea restringe-se aos procedimentos relacionados à fiscalização do exercício e da atividade profissional.

O atestado emitido pelo profissional ou empresa contratada que referenciar obra de sua propriedade deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço, como “Habite-se”, alvará de funcionamento expedido pelo município ou corpo de bombeiros, alvará de operação expedida pelas agências reguladoras ou órgãos ambientais, entre outros.

Com o objetivo de evitar a auto-atestação, procedimento não recepcionado pelo TCU, recomenda-se que no caso de atividades técnicas de caráter executivo, como execução de obra, execução de instalação elétrica, entre outras, os dados técnicos do atestado sejam declarados pelo profissional que elaborou os projetos correspondentes à obra/serviço realizado ou fiscalizou sua execução.

As planilhas, quando anexas ao atestado, somente serão registradas se mencionadas no corpo do documento e suas folhas rubricadas pelo emitente.

O atestado que, emitido em data anterior a 31 de dezembro de 2009, não apresentar os dados mínimos constantes do Anexo IV da Resolução nº 1.025, de 2009, deve ser:

- Substituído por novo atestado contemplando os dados mínimos necessários à análise do Crea-SP; ou
- Instruído com declaração do contratante indicando os dados ausentes, entre os quais a indicação do profissional que à época subsidiou tecnicamente a elaboração do atestado, caso estas informações constem de seus arquivos; ou
- Instruído com outros documentos que complementem ou ratifiquem o teor do atestado, conforme o caso, tais como Habite-se, licenças ou certificados emitidos por órgãos públicos, medições, notas fiscais, atas de reuniões relativas à obra/serviço realizadas à época que demonstrem por meio de assinatura a participação do profissional requerente.

Neste último caso, o processo deverá ser encaminhado à câmara especializada para apreciação.

3. Do registro do atestado

O atestado será registrado após análise do requerimento e da documentação apresentada.

Caso não atenda ao disposto na Resolução nº 1.025, de 2009, o requerimento será indeferido.

No caso do requerimento que apresentar atestado emitido antes de 31 de dezembro de 2009 instruído com documentos complementares, o CREA-SP deverá avaliar se os dados apresentados são suficientes para atendimento ao disposto no Anexo IV da Resolução nº 1.025, de 2009.

Em caso de dúvida, o CREA-SP poderá efetuar diligências ou encaminhar o processo para análise e julgamento da câmara especializada competente.

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA-SP.

A CAT com registro de atestado especificará somente as ARTs a ele correspondentes.

A CAT com registro de atestado será emitida individualmente para cada profissional da equipe técnica nele identificada.

A CAT com registro de atestado será vinculada a uma única via de atestado.

A CAT com registro de atestado será emitida individualmente para cada contrato citado no documento.

No caso de o atestado referenciar aditivos do mesmo contrato, a CAT deve consolidar todas as ARTs a ele relacionadas.

No caso de o atestado referenciar obras ou serviços registrados por meio de ART múltipla de um único contratante, se requerido, a CAT deve consolidar todos os contratos nele relacionados, desde que concluídos.

No caso em que for apresentado atestado complementar, será emitida nova CAT a ele vinculada, que fará referência à CAT do atestado inicial.

Não será limitado o número de atestados complementares que poderão ser vinculados ao atestado inicial por meio das respectivas CATs.

A CAT com registro de atestado apresentará informações ou ressalvas pertinentes em função da análise do documento.

A CAT deverá citar o intervalo numérico dos selos de segurança apostos no atestado.

Caso seja apresentado requerimento de CAT com registro de atestado, cujo documento – original ou cópia autenticada – não apresente selos de segurança, o registro ocorrerá por meio da aposição dos selos de segurança.

Caso seja apresentado requerimento de CAT com registro de atestado, cujo documento – original ou cópia autenticada – já apresente os selos de segurança, não deverão ser apostos novos selos, uma vez que o atestado já se encontra registrado.

Nesta situação, a CAT referenciará o intervalo numérico já apresentado no documento.

Caso seja apresentado requerimento de CAT com registro de atestado, cujo documento – original ou cópia autenticada – já apresente os selos de segurança apostos por outro Crea, deverão ser apostos novos selos para efetivar o registro no Regional onde foi apresentado o requerimento.

Observações: No CREA-SP tramita processo de estudo para licitação de aquisição do Selo de Segurança, não havendo, ainda, definição para o eletrônico ou físico.

4. Do procedimento para registro do atestado

É facultado ao Crea-SP apor junto ao registro etiqueta de segurança, em formato variável, contendo observações, ressalvas ou informações relativas à análise do atestado.

A etiqueta de segurança, com impressão fixa em preto, apresentará a logomarca do Sistema Confeca/Crea, conforme Manual de Identidade do Sistema Confeca/Crea, e a frase: “Informações complementares constantes na”.

A etiqueta de segurança, com impressão variável em preto, apresentará a identificação da CAT n° 999999999999 de ____/____/____ e a transcrição das informações complementares, conforme constarem da CAT.

O atestado poderá ser registrado em original, cópia autenticada em cartório ou cópia simples.

Quando apresentado um original e uma cópia simples, registrar-se-á o original e manter-se-á a cópia em arquivo no Crea-SP.

Quando apresentadas duas cópias autenticadas, registrar-se-á uma e arquivar-se-á a outra.

É vedado apor na cópia simples ou autenticada do atestado arquivado no CREA-SP qualquer registro ou marca (carimbo, selo, etiqueta, autenticação, perfuração).

5. Do arquivamento do atestado no CREA-SP

Serão arquivados no CREA-SP o requerimento e a cópia do atestado.

O arquivamento do requerimento visa guardar nos assentamentos do CREA-SP a declaração do profissional relativa à veracidade das informações técnicas constantes do atestado registrado.

O arquivamento do atestado visa possibilitar a concessão de via aos profissionais da equipe técnica nele citados.

Neste caso, somente será concedida a via do atestado mediante requerimento de CAT com registro de atestado.

A critério do CREA-SP, o requerimento e o atestado poderão ser digitalizados e microfilmados, conforme a legislação específica, possibilitando a eliminação dos documentos originais.

Esta apostila foi elaborada a partir do MPO-Manual de Procedimentos Operacionais do Confea - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e suas atualizações.



CREA-SP

Desenvolvido pelo Departamento de Registro – DRE/SUPFIS

Produzido pelo Departamento de Comunicação – DCO/SUPCEV

www.creasp.org.br

